

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIDADES - EMPAV****JUIZ DE FORA –2025****I - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL****1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE ADMINISTRATIVA (Art. 12, I do RILC)**

1.1. A Empav é uma empresa pública, criada pela Lei Municipal nº 4755, de 17 de dezembro de 1974, vinculada ao Município de Juiz de Fora, responsável pelos serviços de pavimentação e recomposição asfáltica da malha viária de Juiz de Fora, inclusa a produção de massa asfáltica; pela poda e corte de árvores; pela manutenção e conservação de praças, parques e jardins; pela manutenção da iluminação pública e eficiência energética; e pela execução de diversas obras de engenharia do Município de Juiz de Fora. Por intermédio da Diretoria Executiva da Empav, é realizado o planejamento dos quantitativos necessários ao atendimento das demandas apresentadas pelo interesse público, bem como dos recursos financeiros ao provimento de tais ações.

1.2. No curso de suas atividades, a Empav acumula bens móveis inservíveis, sucatas e materiais diversos que, em razão de sua depreciação ou obsolescência, não atendem mais às necessidades da empresa. Considerando o princípio da economicidade e da publicidade, torna-se imprescindível realizar o credenciamento de leiloeiros oficiais, de forma a permitir que a Empav possa promover leilões sempre que houver bens passíveis de alienação.

1.3 Atualmente, a Empav não dispõe, em seu quadro de empregados públicos, de profissional habilitado legalmente para o exercício da função de leiloeiro oficial. A atividade de condução de leilões públicos exige habilitação específica, conferida mediante matrícula na Junta Comercial, nos termos do Decreto nº 21.981/1932, Instrução Normativa DREI nº 52/2022 e demais normas aplicáveis, o que torna indispensável a atuação de profissional devidamente credenciado para esse fim.

1.4 A figura do leiloeiro é indispensável para a execução da licitação mencionada no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empav, art. 277, II, na modalidade leilão.

1.5. Dessa forma, o presente estudo visa fundamentar o credenciamento de leiloeiros oficiais aptos a realizar leilões de bens móveis inservíveis e sucatas pertencentes à

Empav, sob condições e comissões previamente estabelecidas, observando os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência.

2. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (Art.12, X do RILC)

2.1. A contratação proposta, por meio do credenciamento de leiloeiros, está em conformidade com o planejamento estratégico da Administração Pública Municipal e com as atribuições da Empav, enquanto empresa pública do Município de Juiz de Fora. O credenciamento de leiloeiros é essencial para viabilizar a realização de leilões de forma eficiente, transparente e regular, assegurando a adequada destinação dos bens patrimoniais inservíveis da empresa.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO (Art. 12, II do RILC)

3.1. A descrição dos requisitos da potencial contratação acolhe o Enunciado nº 32 do I Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, o qual preceitua que: *“Na confecção do Estudo Técnico Preliminar (ETP), os requisitos da contratação (art. 18, § 1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021) devem ser entendidos como os necessários e suficientes à escolha da solução, e não como os requisitos de habilitação a serem exigidos na licitação ou na contratação direta, estes últimos constantes do art. 6º, inciso XXIII, “d”, da mencionada lei”*.

3.2. O credenciamento de leiloeiros tem como objetivo atender às necessidades da Empav quanto à alienação de bens inservíveis, obsoletos ou antieconômicos, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Por meio deste credenciamento, a empresa busca garantir a realização de leilões de forma transparente, eficiente e economicamente vantajosa, assegurando a correta destinação dos bens públicos e contribuindo para a gestão responsável do patrimônio da Empav.

3.3. Os leiloeiros credenciados deverão possuir capacidade técnica e regularidade jurídica para a execução dos serviços, garantindo a ampla divulgação dos certames, a transparência dos processos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

3.4 Os leiloeiros credenciados deverão possuir experiência comprovada, idoneidade, agilidade na condução dos procedimentos, de modo a assegurar vantajosidade ao resultado financeiro e o interesse público. O credenciamento é essencial para dar

suporte às atividades da Empav, promovendo eficiência administrativa e valorização dos bens públicos alienados.

II – ANÁLISE DE SOLUÇÕES

1. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 12, IV do RILC)

1.1. O levantamento de mercado indicou a existência de leiloeiros oficiais com atuação regional e nacional, devidamente registrados nas Juntas Comerciais e especializados na realização de leilões públicos presenciais e eletrônicos.

1.2. O modelo de credenciamento é amplamente adotado pela Administração Pública, permitindo a contratação de múltiplos profissionais habilitados, sem exclusividade, assegurando ampla concorrência e evitando a dependência de um único prestador.

1.3. Os leiloeiros atuam mediante remuneração por comissão, incidente sobre o valor arrecadado em cada leilão, sem gerar custos diretos à Administração.

1.4. Essa sistemática garante economicidade e eficiência, pois a remuneração está condicionada ao sucesso da venda, eliminando despesas fixas ou riscos de insucesso financeiro para a Empav.

2. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 12, V do RILC)

2.1. A realização da contratação por meio de credenciamento não implicará despesa direta imediata, visto que a remuneração do leiloeiro se dará mediante percentual de comissão incidente sobre o valor obtido com a alienação dos bens, sendo o referido percentual retirado diretamente do montante arrecadado. Assim, a Empav não arcará com custos antecipados, garantindo a economicidade e eficiência do processo de alienação patrimonial.

3. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

3.1. A tabela abaixo visa detalhar as soluções, vantagens e desvantagens do credenciamento de leiloeiros necessários para o bom andamento das atividades da Empav, considerando o uso diário e a necessidade de eficiência na contratação desses itens.

Aspecto	Descrição
Alternativas analisadas	Contratação direta de leiloeiro, licitação específica e credenciamento.
Solução escolhida	Credenciamento de leiloeiros oficiais.
Justificativa da escolha	O credenciamento apresenta-se como a alternativa mais flexível, econômica e contínua, permitindo a atuação de diversos profissionais conforme demanda e disponibilidade, sem gerar custos fixos para a Administração.
Vantagens da solução	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação da competitividade.- Eficiência operacional e administrativa.- Maior transparência e controle nos processos de leilão.- Redução de custos e agilidade na execução.
Conclusão	O credenciamento é a modalidade mais vantajosa para a Administração, assegurando eficiência, economia e legalidade na realização dos leilões da Empav.

III. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 12, VI do RILC)

1.1. A solução proposta consiste no credenciamento de leiloeiros oficiais, pessoas físicas devidamente registradas na Junta Comercial Estadual, para a realização de leilões públicos de bens móveis, materiais inservíveis, sucatas e outros bens de propriedade da Empav.

1.2. O credenciamento permitirá que, sempre que houver necessidade, um leiloeiro habilitado seja designado para conduzir o certame, seja presencial ou eletrônico, conforme as normas vigentes.

1.3. O processo será regulado por edital específico, que definirá critérios de participação, forma de execução, percentual de comissão e obrigações das partes.

2. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO (Art. 12, VII do RILC)

2.1. O credenciamento substitui a necessidade de parcelamento, pois possibilita a contratação simultânea de vários leiloeiros de forma contínua e sem limitação de quantidade.

2.2. Essa sistemática amplia a competitividade, oferece alternativas à Administração e evita a concentração de atividades em um único profissional, mitigando riscos operacionais.

3. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 12, IX do RILC)

3.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes. O credenciamento de leiloeiros é autônomo e independente de outros contratos administrativos.

4.RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 12, XI do RILC)

4.1. Com a implantação do credenciamento, pretende-se:

- Garantir a transparência e publicidade na alienação de bens públicos;
- Assegurar agilidade na realização de leilões;
- Obter melhores resultados financeiros com a venda de bens inservíveis;
- Promover a economicidade, eliminando custos fixos;
- Ampliar a competitividade entre profissionais habilitados.

5. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 12, XII do RILC)

5.1. Elaborar o edital de credenciamento, definindo:

- Requisitos de habilitação profissional;
- Forma de execução dos leilões (presencial e/ou eletrônico);
- Percentual de comissão;
- Procedimentos de designação e prestação de contas.

5.2. Após o credenciamento, os leiloeiros poderão ser convocados conforme a necessidade da Empav, observando critérios de rodízio e imparcialidade.

6.POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 12, XIII do RILC)

6.1. A realização de leilões de bens inservíveis possui impacto ambiental positivo, ao promover a destinação adequada de materiais e equipamentos fora de uso, reduzindo o descarte irregular e incentivando a reutilização.

6.2. A venda desses bens também contribui para a sustentabilidade administrativa, otimizando o uso de recursos e reduzindo a necessidade de armazenamento de sucatas e materiais ociosos.

IV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

A contratação, na modalidade em que se apresenta, mostra-se plenamente viável, uma vez que o credenciamento de leiloeiros oficiais permitirá à EMPAV realizar leilões de bens móveis e inservíveis sempre que houver necessidade, sem custos fixos e com ampla concorrência. Dessa forma, o modelo garante economicidade, transparência e agilidade na destinação de bens públicos, evitando a manutenção e o acúmulo de materiais ociosos, além de promover a correta alienação conforme os princípios da administração pública.

Assinatura do Servidor Responsável



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C94C-EEB4-9DE3-9A52

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GLAUCIA APARECIDA DE CARVALHO BIZZOTTI (CPF 152.XXX.XXX-78) em 01/12/2025 16:57:01

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/C94C-EEB4-9DE3-9A52>